

**PROTAGONISMO INDÍGENA: PRÁTICAS COTIDIANAS DA RESISTÊNCIA
XUKURU-KARIRI EM PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL**

AMANDA MARIA ANTERO DA SILVA
UFCG
amandaantero16@gmail.com

EDSON SILVA
UFCG
edson.edsilva@hotmail.com

RESUMO

Esse texto busca refletir sobre as formas de resistências que vem sendo adotadas pelos indígenas Xukuru-Kariri, habitantes no Município de Palmeira dos Índios no estado de Alagoas, mas especificamente focalizar as práticas cotidianas de reelaborações, apropriações e adaptações que foram empregadas ao longo da História. Tomando como fundamentação teórica as abordagens sobre o conceito de resistência expresso por Certeau (1998) e James Scott (2002) que afirmaram a resistência como algo construído cotidianamente diferindo de uma resistência armada e direta ou confronto aberto. As reflexões também foram alicerçadas nas contribuições de alguns pesquisadores vinculados a chamada história indígena como John Monteiro (1999), Maria Regina Celestino de Almeida (2010), Silva Junior (2013), dentre outros.

Palavras-chaves: História Cultural; Indígenas; Invisibilidade; Resistência.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A história dos povos indígenas foi marcada por um grande impacto cultural no processo de colonização. O contato com o europeu desestabilizou o sistema cultural indígena, com a introdução de novos costumes, língua e o propósito de integração forçada tornou-se necessário resistir para manter a cultura indígena.

Durante muitos séculos esses grupos indígenas foram vítimas de inúmeros atos de violência, desde as físicas às psicológicas, no entanto não podemos reduzi-los apenas a seres vitimados. Os índios a partir de sua própria percepção de mundo estiveram mobilizados e resistiram por meio de práticas cotidianas de invisibilidade, reelaborações e adaptações às investidas dos não índios em torná-los assimilados.

Desse modo, fez-se necessário uma revisão bibliográfica sobre como esses grupos eram referenciados nos escritos de historiadores e romancistas, bem como a introdução dos indígenas como sujeitos na história. Durante séculos os índios estiveram

à margem da História Oficial por serem considerados povos sem história, uma vez que viviam ainda na “selvageria” e não havia indícios de grandes feitos que os levassem ao patamar da civilização e assim negaram a sua participação na escrita da História.

A outra justificativa para a exclusão do índio da História era a falta de fontes escritas que permitissem retomar com veracidade o passado. O constante diálogo com a antropologia permitiu que a História se abrisse e compartilhasse a oralidade e a memória como fonte para a investigação histórica.

A História Cultural vem contribuir para que novos paradigmas e abordagens sejam repensados e imbricados na pesquisa. O diálogo com outras disciplinas como a psicologia, a linguística e principalmente com a antropologia a partir da década de 1970 possibilitou uma amplitude nos temas, nas fontes e nas metodologias aplicadas, representando “a constituição de novos territórios do historiador através da anexação do território de outros” (CHARTIER, 1990, p. 14).

A escola dos Annales francesa através de Marc Bloch e Lucien Febvre proporcionou essa interdisciplinaridade e abriu espaços para novas conjecturas contribuindo para a renovação da historiografia e criando a denominada “Nova História” que vai se debruçar em todas as atividades humanas e sujeitos sociais, indo além da política e da narrativa dos fatos heroicos e da elite.

Os historiadores abandonaram os tradicionais relatos históricos de líderes e instituições políticas direcionando a atenção para as investigações de toda composição social e da vida cotidiana de operários, criados, mulheres e grupos étnicos (HUNT, 1992). Segue-se a proposta de uma História Total voltada para todos os campos historiográficos, distanciando-se da ideia de totalidade defendida pelos positivistas.

Roger Chartier fazendo parte da quarta geração dos Annales defende que “a história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (1990, p. 17).

A partir das conjunturas da História Cultural poderemos compreender como as comunidades indígenas se organizam e se percebem como grupos coletivos que além de culturais, são sociais e políticos, bem como refletir quão esses indivíduos são notados e representados pela sociedade que os cerca.

AS MÚLTIPLAS FACES DO CONCEITO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA

Os indígenas tem sua história caracterizada por estereótipos que os desqualificava, passando a serem vistos como seres inferiores, idílicos e incapazes de atuarem autonomamente pelos seus direitos precisando da tutela de um órgão superior para falar por eles. As narrativas sobre os indígenas eram produzidas a partir da visão europeia que exaltava o papel do europeu através do projeto de assimilação que traria a civilização aos nativos. Para Varnhagem *apud* Monteiro (2003, p. 126), por exemplo, “o índio não teria história: apenas etnografia”, por não conhecer a escrita, era considerado sem História. Von Martiuns (1956, p. 144) também compartilhou desse olhar pessimista sobre as populações indígenas afirmando que “o atual indígena brasileiro, não é senão um resíduo de uma muito antiga, posto que perdida história”.

Essas concepções excluem e anulam a participação do índio na história brasileira, no entanto após o debate dos Annales a cerca da produção historiográfica, como citado anteriormente, a nova face da História vinculada aos que foram dominados e que reivindicavam seu lugar social passam a tomar força e espaço nos debates acadêmicos, como afirma Henri Moniot em um artigo denominado *A história dos povos sem história*, publicado no livro organizado por Jacques Le Goff e Pierre Nora (1995) intitulado *História: novos problemas*.

A tentativa feita pelas sociedades dominadas de voltarem a ter posse sobre si mesmas atrai o reconhecimento das heranças que as definem, reconhecimento não apenas sentimental mas realista e preocupado com uma inteligibilidade, ao passo que no Ocidente, de repente, as iniciativas do terceiro mundo e sua importância fazem sentir a necessidade de aumentar seu conhecimento e compreensão. Mesmo que os antigos preconceitos não morram em todos os lugares e imediatamente, o importante é que a curiosidade histórica teve lugar, de forma suficientemente ampla para que então uma história crítica forjasse os meios dos quais fora privada (1995, p. 100).

Esse intenso debate possibilitou uma desconstrução nas imagens estereotipadas e preconceituosas. Após a década de 1980, consolidou-se a denominada “Nova história indígena” com novas concepções sobre os povos indígenas, principalmente com as pesquisas de John Monteiro (1999; 2003), João Pacheco de Oliveira (2006), Maria Regina Celestino de Almeida (2010), Edson Silva (2003), dentre outros pesquisadores.

John Monteiro em suas pesquisas busca evidenciar os índios como agentes históricos tirando-os da condição de expectadores para o de protagonistas da história.

Não basta mais caracterizar o índio histórico simplesmente como vítima que assistiu passivamente à sua destruição ou, numa vertente mais militante, como valente guerreiro que reagiu brava, porém irracionalmente à invasão europeia. Importa recuperar o sujeito histórico que agia de acordo com a sua leitura do mundo ao seu redor, leitura esta informada tanto pelos códigos culturais da sua sociedade como pela percepção e interpretação dos eventos que se desenrolavam (MONTEIRO, 1999, p. 248).

Percebe-se que através de práticas diárias os indígenas por meio de sua própria interpretação de mundo conseguiram resistir e driblar as investidas dos colonizadores em relação aos costumes, religião e trabalho forçado que lhes eram impostos ao longo dos séculos.

Certeau (1998) representou bem essas concepções quando trabalhou em sua obra *A Invenção do Cotidiano* as formas como as pessoas que estiveram anônimas na História construíram, através da arte do fazer, mecanismo de ressignificação e acomodação de objetos que constituíam novos interesses. Pensando como o ler, cozinhar, fazer compras, assistir davam suporte para entender a sociedade a sua volta proporcionando formas de resistir à imposição de uma cultura ambivalente.

Seguindo a análise de Certeau, o conceito de bricolagem “supõe que à maneira dos povos indígenas, os usuários ‘façam uma bricolagem’ com e na economia cultural dominante, usando inúmeras e infinitesimais metamorfoses da lei, segundo seus interesses próprios e suas próprias regras” (1998, p. 40).

O autor difere e analisa o conceito de estratégias e táticas “a estratégia é o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ambiente” (CERTEAU, 1998, p. 46).

A tática depende do tempo, vigiando para ‘captar no vô’ possibilidades de ganho. O que ela ganha, não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em ‘ocasiões’. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhes são estranha. Ele o consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos (...) mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a ocasião (CERTEAU, 1998, p. 47)

A tática era uma das principais formas de resistência aplicada pelos indígenas que aguardavam o momento mais propício para as ações, nesse caso alguns indígenas que fugiam dos colonos “adotavam táticas de emboscada para atacar as tropas governamentais e bandeiras de preamento” (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 84). Construíam um cotidiano a partir do que absorvia do europeu, reelaborando e adaptando

a sua cultura, muitos fingiam ter se tornados cristãos, mas ao mesmo tempo praticavam seus rituais.

Em outros momentos negavam-se trabalhar para assim desestabilizar os colonos que não conheciam o território. Maria Regina Celestino de Almeida (2017) com base em John Monteiro afirma que somente as Capitanias de Pernambuco e São Vicente tiveram êxito, porque os portugueses tiveram os índios como aliados, deve-se lembrar que essas alianças eram feitas com objetivo próprio, poderia ser um emprego, proteção, melhorias na condição de sua vida e de seus familiares entre outros privilégios, entretanto nem sempre esses acordos eram consolidados.

É uma resistência que se refere a uma adaptação e a uma reelaboração diferindo de uma resistência armada como citou, apropriando-se da concepção de Steve Stern, Maria Regina Celestino de Almeida.

[...] as atitudes dos índios em relação aos colonizadores não se reduziram, absolutamente, à resistência armada, à fuga e à submissão passiva. Houve diversas formas do que Steve Stern chamou de resistência adaptativa, através das quais os índios encontravam formas de sobreviver e garantir melhores condições de vida na nova situação em que se encontravam. Colaboraram com os europeus, integraram-se à colonização, aprenderam novas práticas culturais e políticas e souberam utilizá-las para a obtenção das possíveis vantagens que a nova condição permitia. Perderam muito, não resta dúvida, mas nem por isso deixaram de agir (2010, p. 23).

Os índios sofreram muito, perderam familiares, territórios, liberdade e após serem levados para os aldeamentos missionários buscavam tirar proveito do novo espaço de vivência, “as aldeias, por sua vez, serão vistas aqui como espaços de sobrevivência dos índios aldeados na colônia, onde eles tiveram a possibilidade de reelaborar suas culturas e identidades” (ALMEIDA, 2010, p. 73). Os índios buscavam o mal menor, principalmente com o aumento dos conflitos e o avanço dos colonos que tiravam seus territórios e dessa maneira a aldeia era uma das formas de sobrevivência, local onde poderiam ter proteção e alguns privilégios relacionados à terra.

Sobre essa resistência cotidiana nos remetemos à discussão de James Scott (2002) sobre a resistência camponesa, a qual ele analisa formas de oposição de uma vila camponesa na Malásia produtora de arroz, os exemplos citados são os furtos anônimos dos estoques de grãos de arroz que pareciam crescer em frequência e os boicotes que as mulheres realizavam com as máquinas que eram introduzidas no trabalho agrícola.

As realidades em debate – indígenas e camponesas – são distantes em relação ao espaço, a cultura e ao tempo, mas a associação é possível uma vez que são mundos

onde a exploração, a exclusão e o preconceito se faz presente. Ao definir essas resistências James Scott declara que

A maioria das formas que essa luta toma cessa ao ser coletivamente desafiada. Aqui tenho em mente as armas comuns dos grupos relativamente sem poder: fazer 'corpo mole', a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza (2002, p. 11-12).

Percebe-se na citação acima que essas formas de resistência cotidiana não necessitam de grandes planejamentos e organizações, é algo que vai se construindo ao longo da vivência e das experiências diárias e nem sempre se elaboram na coletividade. É um trabalho minucioso que vai tomando corpo e atingindo um auto grau de conquistas.

Essa mudança na percepção sobre a resistência indígena, enquanto estratégia para além do confronto armado tem um importante espaço nos estudos de Edson Silva, quando analisou a razão dessa nova abordagem.

Nesse sentido, foi ampliada a concepção do próprio conceito de resistência, até então vigente, enquanto confronto conflitos bélicos, guerras com fins trágicos a morte de milhares de indígenas, para uma concepção mais ampla de relações culturais diferenciadas em um contexto de dominação e violências culturais: a resistência cultural do cotidiano, através de gestos, práticas, atitudes que quebraram uma suposta totalidade, hegemonia da dominação colonial (2003, p. 40).

A resistência, portanto, pode ser entendida como um ato diário, realizado a partir de mecanismos elaborados em meio à sociedade envolvente, em vista de uma situação de exploração e imposição cultural. Para tornar a discussão mais clara baseia-se nas as experiências dos Xukuru-Kariri para exemplificar como esses grupos atuaram e modificaram a sua realidade através de atos simples e cotidianos que desestruturavam a ordem vigente e possibilitavam a sua reafirmação étnica nos anos posteriores.

OS XUKURU-KARIRI: CONSTRUINDO UM COTIDIANO DE RESISTÊNCIA

A presença dos Xukuru-Kariri no município de Palmeira dos Índios no estado de Alagoas é alvo de inúmeros embates, visto que a elite oligárquica é permanentemente contra os índios, principalmente quando envolve as discussões sobre a demarcação de terras. Os Xukuru-Kariri diante do processo de expropriação e de conflito territorial

passaram a ser representados pela elite oligárquica por meio de uma imagem deturpada e excludente.

Segundo Roger Chartier em seu livro *A história Cultural: entre práticas e representações*, “as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam” (1990, p. 17) e ele continua,

as lutas de representações tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (1990, p. 17).

A elite local passou a representar os indígenas através dos meios midiáticos como seres preguiçosos, sinônimo de atraso para a economia do município e até como inexistentes, desconsiderando a importância exercida pelo povo Xucuru-Kariri no âmbito social, cultural e econômico e até mesmo no contexto histórico da ocupação territorial do município.

Para melhor compreender os embates que se desenrolam no município partiremos do contexto histórico em que foi se edificando os problemas territoriais. Iniciaremos com o estabelecimento dos indígenas na região que posteriormente foram desapropriados de seu território.

O povo Xukuru-Kariri é resultado da junção de dois povos, os Xukuru e os Kariri, frente o avanço da expansão colonial para o interior do Nordeste. A resistência dos indígenas pode ser compreendida a partir da forma como esses povos se organizaram no passado e iniciaram o processo de fixação na região. Oriundos de regiões diferentes, os Kariri, são descendentes dos Cariri habitantes na região da atual Aldeia de Porto Real do Colégio, nas margens do rio São Francisco na divisa entre Alagoas e Sergipe. Os Xukuru vindos do Agreste de Pernambuco, região dos atuais municípios de Pesqueira e Poção, chegaram a Palmeira dos Índios posteriormente, formando um só grupo, os Xukuru-Kariri. Essa unificação pode ser assinalada como uma das estratégias de resistência, mesmo que a história tenha silenciado quanto a isso.

Registros históricos informam que com a vinda do Frei Domingues de São José para a atual região de Palmeira dos Índios, objetivando a catequização dos indígenas, novas famílias não indígenas passaram a migrar para esse território, iniciando assim um processo de ocupação das melhores terras, que resultava na desapropriação dos Xukuru-

Kariri que eram marginalizados e “empurrados” cada vez mais para a região serrana da cidade.

Com a promulgação da Lei de terras em 1850 definindo que a terra só poderia ser adquirida por meio da compra e venda, com a extinção oficial dos aldeamentos indígenas em Alagoas no ano de 1872 tornando as terras devolutas e a entrega desses territórios aos municípios com a Lei de 1887, os índios se dispersaram buscando novas formas de resistências que lhes assegurassem a sobrevivência em meio à sociedade envolvente. O processo de extinção dos aldeamentos, iniciado com a Lei de Terras de 1850, teve como resultado mais imediato a proletarização dos índios, pois, uma vez desprovido da propriedade da terra, foram forçados a migrar para as cidades a fim de vender sua força de trabalho, engrossando o contingente de mão de obra urbana disponível, tal processo foi analisado por Silva Júnior (2013) como a “proletarização étnica”.

Nesse período, o índio passou a silenciar a sua história e a negar sua identidade étnica, pois quem se afirmasse como indígena estava fadado a enfrentar represálias, desse modo, os indígenas passam a se camuflar ao se dispersar na sociedade, adaptando-se ao meio urbano em que estavam inseridos, atribuindo-lhe seus próprios significados.

E precisaram emudecer; calaram-se para evitar que suas expressões socioculturais fossem denunciadas, perseguidas por meio das imposições e com o processo de integração forçada. Assim, os indígenas tiveram que ressignificar suas expressões socioculturais, a exemplo da ‘Dança do Toré’ que foi reelaborada para ser realizada no novo ambiente em que os indígenas habitavam.

Alta madrugada. O toré, ritmo marcado em caixas de fósforos, à meia luz, nos fundos de uma casa na periferia da cidade de Palmeira dos Índios, agreste alagoano, varava a noite, despercebidos pela sociedade palmeirense. A vizinhança não desconfiava, mas ali estava sendo escrita parte da história dos Xukuru-Kariri (SILVA JÚNIOR, 2013, p. 55).

O Toré foi mantido em silêncio o que possibilitou na posterioridade a sua afirmação e o seu reconhecimento por seus pares para assim buscar perante o governo os seus direitos a terra, educação e saúde de qualidade, declarados na Constituição Federal do Brasil de 1988²¹⁵.

²¹⁵Artigo 231 da Constituição Federal de 1988 afirma que devem ser “reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

Os Xukuru-Kariri ficaram invisíveis, contudo devemos destacar que essa invisibilidade foi produzida de duas maneiras. A primeira estava relacionada a uma invisibilidade imposta pelo outro, a partir da negação e da afirmação da extinção dos povos indígenas, nesse caso, até pela Historiografia, denominada por Cristiane Portela de “invisibilização social e marginalização historiográfica dos indígenas”, ou seja, a invisibilidade social se refere a negação de que existem índios de verdade, motivado pela não permanência das características que eles possuíam no período da colonização. A marginalização historiográfica é a desconsideração da existência de indígenas como agentes históricos (PORTELA, 2009). A segunda, uma invisibilidade produzida pelos próprios índios como forma de resistência. Ou seja, tornaram sua cultura invisível para poder sobreviver em meio a um ambiente hostil, a partir disso, socializaram suas memórias e ressignificaram práticas e costumes.

Dessa forma, a partir de sua própria percepção de mundo, os Xukuru-Kariri passaram a se articular para reivindicar por direitos que lhes eram negados, rompendo com a supremacia política e social da oligarquia palmeirense invasora de terras indígenas, que realizava ações contra a efetivação de direitos dos índios na região.

Essa invisibilidade, juntamente com o período de dispersão, favoreceu o prevalecimento da identidade desse povo e contribuiu para a sua emergência étnica a partir da segunda metade do século XX, período no qual os Xukuru-Kariri passam a se organizar politicamente e a reivindicar seus direitos. O que acentuou os conflitos existentes com a oligarquia palmeirense, detentora dos grandes latifúndios, e os indígenas, que se viram diante de uma situação de risco, promovendo assim, a retirada do Toré das praças da cidade e a negação da sua identidade (PEIXOTO, 2013).

Os Xukuru-Kariri, após esse período de silenciamento e invisibilidade iniciaram um processo de retomadas territoriais²¹⁶ expondo o seu protagonismo²¹⁷ no modo de mobilizar-se na busca pelo seu território histórico. Através de mobilizações, os indígenas retomaram alguns espaços que contribuíram para a sua continuidade étnica, entretanto é algo distante no que se refere a sua necessidade que apenas suprirá com a demarcação.

²¹⁶Retomadas territoriais são as ações por recuperação de territórios que foram tradicionalmente ocupados por indígenas e que na atualidade estão sob a posse de não índios. Ver ALARCON, Daniela Fernandes. **A Forma Retomada**: contribuições para o estudo das retomadas de terras, a partir do caso tupinambá da Serra do Padeiro. *RURIS*. v. 7, n.º 1, p. 99-126, mar. 2013.

²¹⁷O termo protagonismo refere-se aos atores sociais e políticos que buscam através de movimentos, organizações e mobilizações evidenciar setores marginalizados por sua condição econômica, social, política, cultural e étnica. Ver BICALHO, Poliene Soares dos Santos. *Protagonismo Indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009)*. 2010. 468f. Tese – Universidade de Brasília. Brasília.

Em 2013, os índios da região organizaram-se em uma Campanha de Regularização do seu Território Indígena Xukuru-Kariri que ficou denominada “Xukuru-Kariri: Vida, Luta e Resistência de um Povo” com o objetivo de levar até a população local as suas reivindicações, ao mesmo tempo em que distribuíram folhetos, confeccionaram camisetas e livros para serem comercializados. A renda era utilizada para custear os processos jurídicos a fim de regulamentar a posse de suas terras tradicionais.

Nota-se que os Xukuru-Kariri ao longo de sua história presente no Município aplicaram diversos modos de oposição à oligarquia da região, fugiram, dispersaram-se, silenciaram-se, negaram-se e foi nesse contexto que permaneceram ativos nas reivindicações pelos seus direitos, influenciando aos seus descendentes a se mobilizarem e a estarem à frente de seus objetivos.

Nos últimos anos é grande o número de movimentos que são elaborados pelas organizações e grupos indígenas que reivindicam seu lugar na sociedade. O índio vai ocupando os vários espaços, tanto universitários quanto relacionados ao trabalho, reafirmando sua capacidade de auto gerir-se e mostrando o seu protagonismo na História.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa perspectiva de análise, percebemos que a Nova História em diálogo com a antropologia proporcionou uma releitura da história cultural, do cotidiano e se voltou para os diversos atores sociais trazendo para as pesquisas sobre os grupos indígenas uma imensa contribuição, pois foi capaz de desconstruir algumas imagens e a tornar visível a História de resistência que estava isolada dos campos historiográficos.

Pensar os índios como seres resistentes não é negar toda violência sofrida por eles, mas apresentar que mesmo estando em um lugar social que os discrimina e exclui, não ficaram omissos, agiram com bravura e sutileza os embates ideológicos que se travavam ao longo dos tempos.

Essas resistências, entre os Xukuru-Kariri, produz uma memória que servirá de exemplo para o futuro, são experiências que colaboram para uma reafirmação étnica e para a ampliação dos movimentos e reivindicações na busca pela firmação de seus direitos, negados até hoje pelo Estado.

Com essas afirmativas, a historiografia passa a representar os índios com uma ótica mais positiva, colocando-os como protagonistas, apresentando-os em novos papéis e novos lugares sociais expandindo seus horizontes e posições perante a sociedade em que estão inseridos, enfatizando a fala dos próprios indígenas a partir dos movimentos de etnogênese que quebram com as concepções que consideravam os indígenas como passivos e que desapareceriam com o processo de integração, pois o que se vê hoje é o aumento da população indígena e de grupos ressurgentes que reivindicam seus direitos.

Os Xukuru-Kariri são um dos exemplos que conseguiram sair da invisibilidade e buscar através de incansáveis movimentos seu espaço, desconstruindo, aos poucos, as imagens estereotipadas que se estabeleceram no contato com o não índio. Contudo, muito ainda continua cristalizado no município de Palmeira dos Índios impedindo a convivência pacífica entre latifundiários e indígenas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os Índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

_____.A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 37, nº 75, 2017, p. 17-38.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano: artes de fazer**. 3ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. (Memória e Sociedade).

HUNT, Lynn. Apresentação História, Cultura e Texto. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 01-29.

MARTIUNS, Karl Friedrich Von; RODRIGUES, José Honório. Como se deve escrever a História do Brasil. **Revista de História de América**, Nº 42 (Dec., 1956), p. 433-458.

MONIOT, Henri. A história dos povos sem história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (Orgs.). **História: novos problemas**. Tradução Theo Santiago. 4ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 99-112.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e Armadilhas. In: NOVAES, Adauto. (Org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Cia das Letras, 1999, p. 237-249.

MONTEIRO, John Manuel. Unidade, diversidade e a invenção dos índios: entre Gabriel Soares de Sousa e Francisco Adolfo de Varnhagen. **Revista de História**, número 149, 2º semestre, 2003, p. 109-137.

OLIVEIRA, João Pacheco de. FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. Memórias e imagens em confronto: os Xucuru- Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá. **(Dissertação de Mestrado em Antropologia)** João Pessoa: Universidade Federal de Paraíba, 2013.

PORTELA, Cristiane de Assis. Por uma história mais antropológica: indígenas na contemporaneidade. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 1, jan./jun., 2009 p. 151-160.

SCOTT, James C. Formas Cotidianas da Resistência Camponesa. Tradução Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra. **Revista Raízes**, Campina Grande, vol. 21, nº 01, jan./jun., 2002, p. 10-31.

SILVA, Edson Hely. Povos indígenas no Nordeste: contribuição a reflexão histórica sobre o processo de emergência étnica. **Revista de Humanidades**, Rio Grande do Norte, Campus de Caicó, v. 4, n.º7, fev./mar. 2003, p. 39-46.

SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. **Aldeando sentidos: os Xucuru-Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no Agreste alagoano**. Maceió: EDUFAL, 2013.